

## A INVISIBILIDADE DO TRABALHO DOMÉSTICO NA HISTÓRIA

Cássia Cristina Furlan  
Universidade Estadual de Maringá  
Patrícia Lessa Dos Santos  
Universidade Estadual de Maringá  
Layla Mariana Maiante Pinto  
Universidade Estadual de Maringá

**Resumo:** O conceito de gênero é uma ferramenta política que pretende se referir ao modo como as características sexuais são compreendidas e representadas, como são trazidas para a prática social tornando-se parte do processo histórico, visando rejeitar o determinismo biológico, geralmente transformado em desigualdade que torna o ser mulher vulnerável à exclusão social. Nessa perspectiva, o estudo buscou analisar o trabalho e o cotidiano das donas de casa do Parque Hortência II, em Maringá. Realizamos um estudo exploratório com nove mulheres entre 20 a 60 anos. A partir das entrevistas semiestruturadas, buscamos um aprofundamento teórico à luz do nosso referencial teórico para analisar as falas das donas de casa. Percebemos que, devido às construções históricas sobre a participação da mulher no espaço privado, alguns valores androcêntricos e patriarcais dificilmente são quebrados por estas mulheres, perpetuando as relações desiguais entre homens e mulheres.

**Palavras-chave:** Gênero; Donas de casa; Trabalho.

### Introdução

A pesquisa qualitativa, segundo Minayo (2004), procura descrever, compreender, explicar e analisar a realidade social. A primeira fase do estudo aconteceu de forma exploratória, compreendendo a etapa de escolha do tópico de investigação, de delimitação do problema, de definição dos objetos e dos objetivos, de construção do marco teórico conceitual, dos instrumentos de coletas de dados e da exploração do campo.

De cunho qualitativo, o estudo em questão busca analisar o trabalho e o cotidiano das donas de casa do Parque Hortência II do município de Maringá, no Paraná. O início do estudo se deu a partir de visitas ao bairro, sendo esta a fase de campo exploratória. Dessa forma, as informações obtidas se deram a partir de observações no local e conversas informais com os moradores do bairro.

Optamos por realizar a pesquisa com donas de casa da faixa etária entre 20 e 60 anos, as quais foram escolhidas de forma aleatória (em número de nove mulheres – S1, S2, S3, S4, S5, S6, S7, S8 e S9). A escolha por estes sujeitos se deu pela observação de

inúmeras mulheres realizando seus afazeres domésticos durante as visitas que fizemos ao bairro.

O instrumento escolhido para a pesquisa de campo foi um roteiro de entrevista semiestruturada. Este instrumento deve ser o facilitador de abertura, de ampliação e de aprofundamento da comunicação, possibilitando ao entrevistado dispor sobre um tema proposto sem condições prefixadas e sem a necessidade de obedecer a uma sequência rígida (MINAYO, 2004).

A partir desse instrumento, buscamos no cotidiano das donas de casa estabelecer a relação do trabalho com as questões de gênero, verificando como as donas de casa entendem os afazeres domésticos enquanto trabalho. Uma vez informados sobre essa realidade, comparamos a percepção que têm do trabalho doméstico e de outros trabalhos informais realizados por elas ou pelos seus companheiros.

Após o término da investigação de campo, iniciou-se a fundamentação teórica pautada na categoria central trabalho, com aprofundamento das questões norteadoras, progredindo para análise das falas das donas de casa, à luz de nosso referencial teórico-metodológico.

### **A mulher e o mundo do trabalho: aproximações históricas**

As relações de gênero estabelecidas entre homens e mulheres são norteadas pelas diferenças biológicas, geralmente transformadas em desigualdades que tornam o ser mulher vulnerável à exclusão social. A exclusão é gerada nos meandros do econômico, do político e do social, tendo desdobramentos específicos nos campos da cultura, da educação, do trabalho, das políticas sociais, da etnia, da identidade e de vários outros setores (FISCHER; MARQUES, 2001).

Segundo Guacira Lopes Louro (2007), o conceito de gênero pode ser aqui enfatizado como ligado diretamente às lutas políticas travadas pelos movimentos feministas. Nessa perspectiva, esse conceito serve como uma ferramenta política que pretende se referir ao modo como as características sexuais são compreendidas e representadas, como são trazidas para a prática social, tornando-se parte do processo histórico. Assim sendo, o conceito de gênero visa rejeitar um determinismo biológico



implícito no uso de termos como sexo ou diferença sexual, acentuando o caráter fundamentalmente social das distinções baseadas no sexo.

Na medida em que o conceito afirma o caráter social do feminino e do masculino, é imprescindível levar em consideração as distintas sociedades e os distintos momentos históricos de que estão tratando.

A característica fundamentalmente social e relacional do conceito não deve, no entanto, levar a pensá-lo como se referindo à construção de *papéis* masculinos e femininos. Papéis seriam, basicamente, padrões ou regras arbitrárias que uma sociedade estabelece para seus membros e que definem seus comportamentos, suas roupas, seus modos de se relacionar ou de se portar... Através do aprendizado de papéis, cada um/a deveria conhecer o que é considerado adequado (e inadequado) para um homem ou para uma mulher numa determinada sociedade, e responder a essas expectativas. Ainda que utilizada por muitos/as, essa concepção pode se mostrar redutora ou simplista (LOURO, 2007, p.23-24).

Na sociedade capitalista há uma relação de poder do homem em detrimento da mulher, pois é dito que o homem é responsável pela renda familiar. Na história, quando se reflete sobre os papéis masculinos e femininos, aprofunda-se a necessidade de desconstruir a supremacia do gênero masculino sobre o feminino no sentido de buscar uma igualdade política e social, incluindo vários outros fatores além da sexualidade, como a classe e a raça. Fatos e documentos mostram que na antiguidade quando o esposo saía para uma viagem deixava a seguinte ordem para sua esposa: “se tiveres um filho, deixa-o viver, se tiveres uma filha, rejeita-a...” (VEYNE, 1990, p.24 apud COSTA, 2005, p.12). A vida da criança dependia, então, não de um fator biológico, mas de uma literal tomada da criança pelo pai, indicando a submissão da mulher diante do homem.

Na Idade Média, havia perseguições contra as mulheres, sendo praticados verdadeiros genocídios pelos sistemas governamentais apoiados pela igreja católica. A sociedade era marcadamente masculina, e as mulheres não questionavam a posição a que eram colocadas. Era uma coisa natural na época. A mulher permanecia confinada em seu lar, envolvida nos cuidados domésticos, na educação dos filhos, na atenção ao marido, sendo ocultada do âmbito social (COSTA, 2005). Essa realidade é demonstrada ainda hoje pelo sujeito 3 (S3, 48 anos) “[...] a gente é do lar né, gosta das coisa limpinha, bem arrumadinho né, pra esperar o marido”.

Esse quadro sofre uma possibilidade de mudança a partir da Revolução Francesa, com a Declaração do Homem e do Cidadão, partindo daí reivindicações das mulheres em busca do seu reconhecimento social.

Após a Revolução Industrial, no início do século XIX, ocorre a consolidação do capitalismo, que resultou em processos sociais, econômicos, políticos de ampla proporção, e que influenciou e continua influenciando a organização social da humanidade.

O relevante aumento da produção industrial a partir desse século trouxe a necessidade de organização e sistematização do processo produtivo, resultando na divisão internacional do trabalho. O emprego da tecnologia e, conseqüentemente, da maquinaria nas fábricas facilitou a produção em ampla escala, juntamente com a necessidade da força humana de trabalho.

Neste contexto fez-se necessária a mão-de-obra qualificada, abrindo-se espaço para a mulher para o mercado de trabalho. Porém, essa abertura do mercado de trabalho para a força feminina não representou uma melhora de posição social, pois elas eram ainda consideradas figuras humanas que deveriam cuidar da casa e da família.

Assim, para Pinheiro et. al. (2011, p.1), é no mundo familiar que as relações sociais de gênero se articulam com o cenário social mais amplo, sendo assim, “na família é onde se constroem padrões socialmente estabelecidos para as atitudes, comportamentos, desempenhos e ações correspondendo ao que se espera de homens, mulheres, crianças, adolescentes e idosos”. Sendo assim, devido às construções históricas que foram se formando sobre a participação da mulher no espaço privado, a casa abriga diante de suas articulações de sobrevivência todo um trabalho que foi historicamente desvalorizado, ou seja, o trabalho doméstico. O espaço doméstico, tido como predominantemente “lugar da mulher”, é dotado de valores e normas diferenciados do espaço público, predominantemente “lugar de homem”. Podemos verificar esse aspecto na fala da S1. Quando questionada sobre a diferença entre o trabalho dela (doméstico) e o trabalho do seu marido, ela respondeu: (S1, 20 anos) “*O serviço dele é pesado (risos e gargalhadas) o meu é leve*”. Em seguida perguntamos se ela achava que o serviço dela era mais fácil que o dele. Ela nos respondeu prontamente que sim. Perguntamos por que ela achava que o serviço era mais fácil, e a resposta foi: “*É, no mesmo tempo que é mais fácil não é né, porque ele chega, só vai lá trabalha chega em casa e tá tudo pronto, né... eu não, eu faço janta, cuidado dos filhos né*”. Com essa resposta, podemos perceber a realidade abordada pelos autores, de que as mulheres acabam se responsabilizando por todos os afazeres

domésticos, inclusive o cuidado com os filhos, enquanto os homens não se preocupam com essas questões. Isso demonstra que elas passam em casa a maior parte do tempo trabalhando, sem descanso. A entrevistada afirmou que trabalha mais que o marido, mas o trabalho dele é mais cansativo. Outra pergunta realizada foi em relação a ela considerar os seus afazeres domésticos como trabalho: (S1, 20 anos) *“Eu considero um trabalho, porque a gente trabalha bem mais dentro de casa do que na casa dos outros [...]”*. Porém, logo em seguida ela “perpetua” os pensamentos da sociedade quando afirma: *“eu to parada agora né, eu sempre trabalhei, mas eu to parada agora descansando um pouco”*. E depois diz: *“aqui eu não tenho ocupação nenhuma né, eu só faço o serviço de casa, eu só do lar”*.

Segundo Araújo (1993), o trabalho feminino, no início do século XX, nas camadas mais pobres da população, começa a ser mais aceito e mais valorizado. As mulheres passam a conciliar atividades extras, como vender doces e salgados, juntamente com o serviço doméstico nas casas de suas patroas, garantindo assim uma relativa autonomia em relação ao homem.

Nesse mesmo século, as mulheres brasileiras conquistaram o voto, a educação, o acesso aos meios contraceptivos e a inserção no mercado de trabalho. Isto representou uma grande conquista, porém foram apenas alguns passos dados em direção à igualdade de gênero, pois, no mercado de trabalho, as mulheres, em grande parte, venceram a exclusão, mas não venceram as desigualdades e a segregação. Houve mudanças significativas com a entrada maciça das mulheres na População Economicamente Ativa (PEA), mas também surgiram novos desafios em relação à permanência de um percentual ainda elevado de mulheres “confinadas” à esfera doméstica ou em profissões tipicamente femininas.

Nesse sentido, Bruschini (2007) afirma que o país passou por importantes transformações demográficas, culturais e sociais que tiveram grande impacto sobre o aumento do trabalho feminino. Entretanto, apesar de todas essas mudanças, as mulheres permanecem como principais responsáveis pelas atividades domésticas<sup>1</sup> e cuidados com os filhos e demais familiares, o que representa uma sobrecarga para aquelas que também realizam atividades econômicas.

---

<sup>1</sup> A PNAD define como afazeres domésticos a realização, no domicílio de residência, de tarefas (que não se enquadravam no conceito de trabalho) de: arrumar ou limpar toda ou parte da moradia; cozinhar ou preparar alimentos, passar roupa, lavar roupa ou louça, utilizando, ou não, aparelhos eletrodomésticos para executar tarefas para si ou para outro(s) morador(es); orientar ou dirigir trabalhadores domésticos na execução das tarefas domésticas; cuidar de filhos ou menores moradores; limpar o quintal ou terreno que circunda a residência (BRUSCHINI, 2007, p.544).

É dentro de casa que muitas mulheres se mantêm ocupadas tanto com as tarefas manuais – lavar, passar roupa, cozinhar, varrer, etc. – como as não manuais – cuidar dos filhos, ir ao supermercado, etc. Elas incorporaram esses afazeres domésticos que trazem uma noção de trabalho cansativo e repetitivo. Desse modo, o trabalho doméstico não é contabilizado como atividade econômica, sendo negativamente valorado em seu cotidiano, passando a fazer parte da vida das esposas, donas de casa e mães (BRUSCHINI, 2006).

Assim, o que se percebia era que o trabalho feminino para a reprodução social não preenchia a lógica capitalista, sendo, então, considerado uma inatividade econômica (PINHEIRO et. al., 2011).

Nesse sentido, os dados disponíveis em relação ao trabalho doméstico no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), por exemplo, são muito restritos, pois grande parcela da população que realiza afazeres domésticos é considerada inativa.

Com base em resultados de pesquisas sobre afazeres domésticos, elaborados com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD - IBGE) de 2002, Bruschini (2006) expõe que, considerando o tempo que essas mulheres ocupam com a realização desses afazeres, seria legítimo considerar esta categoria como um trabalho não-remunerado e não mais inatividade econômica.

Na nova PNAD, as principais alterações se deram em relação ao conceito de trabalho e desemprego. A definição de trabalho passou a ser a de ocupação econômica remunerada em dinheiro, produtos ou mercadorias, ou somente benefícios. A jornada de trabalho não-remunerado considerado ocupação passou a pelo menos uma hora por semana. Foi incorporado o conceito de trabalho para autoconsumo e autoconstrução, desde que realizados com jornada superior a uma hora por semana (BRUSCHINI, 2006, p.334).

Assim sendo, o trabalho relacionado à força feminina vem ganhando espaço, principalmente fora do lar. Entretanto, percebemos que em pleno século XXI, a figura da mulher doméstica continua representativa dentro dos seus lares. Na pesquisa, percebemos que a maioria das entrevistadas desvaloriza os seus afazeres como trabalho, pois consideram esse trabalho em “segundo plano”, pelo fato de não ser remunerado, como é o caso de S2. Foi questionado se ela considera que há diferença entre seu trabalho e o trabalho do seu marido, e ela nos respondeu: (S2, 59 anos) “*eu faço serviço em casa e não ganho salário e ele ganha né [...]*”. Em seguida perguntamos se o marido dispõe de mais

lazer que ela, e ela respondeu: *“Ele precisa mais né, do que eu né... Porque ele trabalha né”*.

Podemos verificar no caso das entrevistadas 6 e 7 (diaristas) que consideram o trabalho fora de casa melhor que na sua própria casa, pois, como a S6 (24 anos) disse, para trabalhar fora ela recebe o seu pagamento e na sua própria casa é uma obrigação. A S7 (25 anos) afirma que: *“trabalhar fora é melhor que dentro de casa [...] na casa dos outro, cê trabalho e deixo lá né, e dentro de casa você limpa limpa e sempre tá desorganizado, cê limpou agora quando vê as criança tão bagunçano tudo de novo”*.

Em alguns casos, essa mesma mulher exerce profissões liberais ao mesmo tempo em que cumpre seus afazeres domésticos.

A mulher trabalhadora, em geral, realiza sua atividade de trabalho duplamente, dentro e fora de casa, ou, se quisermos, dentro e fora da fábrica. [...] Mas, no universo da vida privada, ela consome horas decisivas no trabalho doméstico, com o que possibilita a (ao mesmo capital) a sua reprodução, nessa esfera do trabalho não-diretamente mercantil, em que se criam as condições indispensáveis para a reprodução da força de trabalho de seus maridos, filhos/as e de si própria (ANTUNES, 2006, p. 108).

Sobre essa questão, indagamos à entrevistada 3 sobre a diferença entre o trabalho doméstico e o trabalho informal, e ela nos disse: (S3, 48 anos) *“Ai sei lá, o doméstico de casa, que nem diz, a gente trabalha, trabalha não tem salário né, mais, tem de fazer né, porque é do lar, a gente é do lar né, gosta das coisa limpinha, bem arrumadinho né, pra esperar o marido, e tal, né, só que não dá dinheiro, só que a vida da mulher é assim né. Então, o bordado, o trabalho, o bordado, essas coisas a gente faz pra conseguir o dinheiro né. Sem dinheiro ninguém vevi. Pra ajudar na renda, paga umas conta, uma água e luz, muito bom, muito importante, pra nós né”*. Como podemos perceber na fala da entrevistada, há uma perpetuação dos valores androcêntricos e patriarcais, pois para as mulheres é destinada a função de “boa” esposa, ou seja, cuida do lar para esperar o marido chegar a casa, cuida dos filhos, e ainda tem uma segunda função: ajudar a pagar as contas da casa, com a remuneração do seu trabalho informal.

Outra realidade exposta é a da entrevistada 5, representando bem essa situação de dupla jornada (S5, 44 anos): *“Agora eu cuido de crianças em casa e cuida da minha lanchonete”*. Perguntamos se tinha diferença entre o trabalho da lanchonete e o serviço de casa, e ela respondeu: *“Tem, não, é tudo igual, porque a diferença é que lá eu vendo,*

*atendo as pessoas, vendo as coisas, mas eu lá, eu limpo, eu lavo louça, eu limpo o fogão, eu faço o que eu puder, (risos) em casa a mesma coisa, só que a diferença é que lá eu atendo as pessoas, aqui em casa eu atendo as crianças”. Percebemos que a rotina de trabalho da entrevistada é longa, pois ela trabalha o dia todo na lanchonete e cuidando das crianças, e ainda precisa conciliar com o trabalho doméstico: “Eu cuido assim, eles chegam de manhã, eu dou café pra eles, eles sobem comigo pra lanchonete, ficam brincando, lá tem um campo na frente né, eles ficam brincando lá ou ficam fazendo lá dentro da lanchonete, fazendo barquinho, vendendo garrafa, pegando 4 folhas fazendo dinheiro né, eles ficam lá. Ai eu desço 11 horas né, eu desço, eu tomo banho, arrumo o almoço, subo com eles, deixo eles no colégio, fico na lanchonete novamente. 5 horas eu fecho, vou lá, pego eles trago em casa, dou um lanche e solto eles pra casa deles. E volto pra lá de novo”. ” então no meu caso, eu tenho que batalhar, porque eu to com 4 meses ali, então eu não vou mais pra casa das minhas filhas, não vou pra casa dá, dá, dá minha sogra, se eles querem me ver eles vem aqui, porque eu não tenho tempo, no domingo eu abro, sábado eu tenho que abrir ali mais ou menos 8 e meia a 9 horas né, então o meu movimento é até uma hora da tarde, depois da uma depois só 5 horas da tarde, domingo é a mesma coisa, as vezes tem domingo que vai o dia todo entendeu, as vezes eu fecho, quando ta fraquinho eu fecho, ali pelas, pelas 1 hora, 2 horas, 3 horas, venho em casa, umas 4 e meia eu to lá de volta, ai fico até uma 11 horas da noite, então é esse o meu dia a dia né, meu dia a dia é esse daí, até eu aproveita um pouquinho pra poder ter uma folguinha, porque eu não tenho. Só que na sexta, no sábado e no domingo quando eu não fico com as crianças, é onde eu fico mais tempo lá na lanchonete”.*

Assim, podemos perceber que grande parte das mulheres abordadas nas falas anteriores tem uma grande jornada de trabalho, e muitas vezes são desvalorizadas enquanto mulher.

O trabalho feminino vem aumentando notoriamente com o passar do tempo. Hoje “atinge mais de 40% da força de trabalho em diversos países avançados e tem sido absorvido pelo capital”. Entretanto no que diz respeito ao salário, a questão é bem diferente, pois “seu percentual de remuneração é bem menor do que aquele auferido pelo trabalho masculino” (ANTUNES, 2006, p.105).

Na interseção do público e do privado, a desvantagem feminina é total. O homem, de modo geral, ainda continua ausente na divisão das tarefas domésticas. Por não ter conquistado a equidade de gênero na esfera privada, ou seja, a participação do masculino

nas tarefas da casa, a mulher assume uma carga de trabalho no espaço público semelhante ou mais exaustiva do que a do trabalhador masculino e, no âmbito privado cabe-lhe a responsabilidade da labuta da casa, do preparo do alimento, do cuidado dos filhos e sua educação informal, do cuidado dos velhos da família, da saúde dos familiares e, evidentemente, da reprodução biológica e física da força de trabalho (Bruschini, 1990).

De acordo com Madalozzo et. al. (2008), pesquisas mostram que mesmo quando as mulheres ultrapassaram a barreira da aceitação social e atuam no mundo do trabalho fora de casa, ainda assim mantêm seu papel de “dona de casa”, desempenhando as tarefas domésticas.

### **Considerações finais**

Diante do exposto, chegamos à guisa das conclusões, verificando que, no processo histórico de mudanças sociais, as mulheres batalharam pelo acesso ao espaço público, e aos poucos conseguiram adentrar nesse mundo do trabalho. Entretanto, em muitos casos, essa entrada no mercado de trabalho não melhorou em nada a sua posição social enquanto mãe e esposa, responsável também, e normalmente sozinha, pelas tarefas do lar.

Há uma construção e perpetuação histórica sobre a participação da mulher no espaço privado e, quando considerado o trabalho doméstico, este nem sempre é valorizado pela sociedade, e nem mesmo pela mulher que exerce a atividade. Quando essas mulheres precisam ir buscar o seu sustento fora de casa, seja no trabalho formal ou informal, há uma sobrecarga de tarefas, pois em seus lares os homens ainda continuam ausentes na divisão das tarefas domésticas.

É claro que não podemos generalizar essa situação, pois muitos avanços e conquistas foram alcançados. Entretanto ainda há a perpetuação de valores androcêntricos e patriarcais que desconsideram a participação feminina como um fator essencial na vida das famílias, mesmo quando elas exercem “somente” as funções do lar. E esse “somente”, em muitos casos, é tão ou mais desgastante e dispendioso quanto/que o trabalho formal.

Segundo Probst (2003), as mulheres sofrem mais do que os homens com o estresse de uma carreira, pois as pressões do trabalho fora de casa se duplicaram. Elas dedicam-se tanto ao trabalho quanto os homens e, quando voltam para casa, instintivamente dedicam-se com a mesma intensidade ao trabalho doméstico. Embora alguns homens ajudem em casa, essa ajuda não chega nem perto da energia que a mulher tende a despende.

No trabalho formal, ainda há a persistência de preconceitos que dificultam o progresso nas carreiras, com percepção de baixos salários e cargos ainda inferiores aos dos homens. Pouco a pouco as mulheres vão ampliando seu espaço na economia nacional. Hoje o perfil das mulheres é muito diferente daquele do começo do século. Além de trabalhar e ocupar cargos de responsabilidade assim como os homens, elas aglutinam as tarefas tradicionais: ser mãe, esposa e dona de casa (PROBST, 2003).

Essa postura pode ser modificada aos poucos, e um dos caminhos que se mostra extremamente importante para a conscientização quanto à participação efetiva de homens e mulheres em todos os âmbitos do social pode ser a escola. Por meio de uma educação não sexista, a escola pode contribuir analisando conjuntamente com as alunas e os alunos os papéis que a sociedade atribui a cada gênero e ajudando-os a descobrir a limitação imposta a cada pessoa ao ter de se submeter aos estereótipos que a sociedade impõe a seu gênero. É necessário preparar tanto as meninas quanto os meninos para percorrerem novos caminhos com seu pensamento, para criticar e construir, para cozinhar e lavar pratos, para ficar com o que foi fragmentado arbitrariamente (MORENO, 1999).

Assim, é possível modificar essa concepção androcêntrica que desvaloriza o trabalho doméstico e o submete apenas às mulheres. É preciso acreditar na possibilidade de superação desse quadro, lutando e criticando essas formas androcêntricas, buscando romper com a cadeia de transmissão das mesmas.

## Referências

ANTUNES, R. **Os sentidos do Trabalho**: ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo Editorial, 2006.

ARAÚJO, R. M. B. de. 1. ed. **A Vocação do Prazer**: a cidade e a família no Rio de Janeiro República. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.

BRUSCHINI, Maria Cristina Aranha. **Mulher, casa e trabalho**: o cotidiano nas camadas médias paulistas. Vértice: São Paulo, 1990.

\_\_\_\_\_. Trabalho e gênero no Brasil nos últimos dez anos. **Cadernos de Pesquisa**, v. 37, n. 132, set./dez. 2007.

\_\_\_\_\_. Trabalho doméstico: inatividade econômica ou trabalho não-remunerado? **R. bras. Est. Pop.**, São Paulo, v. 23, n. 2, p. 331-353, jul./dez. 2006.

COSTA, E. C. I. da. **As Novas Formas de Discriminação Sexista: uma perspectiva da psicologia social.** Campinas, Faculdade de educação da Universidade Estadual de Campinas, 2005. Dissertação de doutorado.

FISCHER, Izaura Rufino. MARQUES, Fernanda. **Gênero e exclusão social.** Fundação Joaquim Nabuco: Trabalhos para discussão, n.113, agosto, 2001.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista.** . 9 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

MADALOZZO, Regina. MARTINS, Sergio R. SHIRATORI, Ludmila. **Participação no mercado de trabalho e no trabalho doméstico: homens e mulheres têm condições iguais?** 2008. Disponível em: <<http://madalozzo.ibmecsp.edu.br/wp-content/uploads/2008/10/madalozzo-martins-e-shiratori-maio1.pdf>>. Acesso em: 15 mar. 2011.

MINAYO, M. C. de S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde.** 8. ed. São Paulo: Hucitec, 2004.

MORENO, Montserrat. **Como se ensina a ser menina: o sexismo na escola.** São Paulo: Moderna, 1999.

PINHEIRO, Z. A. C. LUDWIG, M. P., FIÚZA, A. L. C. LOPES, M. F. **O gênero da casa: percepções masculinas do trabalho doméstico.** Disponível em: <[http://www.xxcbcd.ufc.br/arqs/gt9/gt9\\_03.pdf](http://www.xxcbcd.ufc.br/arqs/gt9/gt9_03.pdf)>. Acesso em: 15 mar. 2011.

PROBST, Elisiana Renata. **A Evolução da mulher no mercado de trabalho.** ICPG-BLUMENAU, n. 2, jan-jun/2003.